

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

TEN CEL (FAB) JOSÉ RAFAEL CORBINI FIRENS

EMPREGO DO PODER AÉREO CONTRA MUAMMAR AL-GADDAFI:
COERÇÃO E INSUFICIÊNCIA

Rio de Janeiro

2020

TEN CEL (FAB) JOSÉ RAFAEL CORBINI FIRENS

EMPREGO DO PODER AÉREO CONTRA MUAMMAR AL-GADDAFI:
COERÇÃO E INSUFICIÊNCIA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM-1) Ohara B. Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, por sua bondade e misericórdia, por sempre ter iluminado meu caminho e por ter me dado saúde e força nos momentos de dificuldades.

Aos meus pais, pela minha criação, pela minha educação e pelos valores que a mim conseguiram transmitir e que sempre me guiaram durante todo o momento, facilitando cada passo e cada conquista.

À nossa família, pelo apoio e pela nossa união.

Aos meus filhos, Felipe e Gabriel, por tornarem minha vida mais alegre, por entenderem e aceitarem minha ausência durante essa importante fase de suas vidas.

À Milena que, mesmo à distância, esteve presente a todo momento, por me apoiar e me incentivar diante das dificuldades e por me fazer sentir uma pessoa melhor dia após dia.

À Força Aérea Brasileira e à Marinha do Brasil, pela oportunidade de poder evoluir intelectualmente e pelas novas experiências profissionais adquiridas.

À Escola de Guerra Naval, por meio de sua direção, corpo docente e administração, pela forma acolhedora e respeitosa que sempre me receberam e me trataram, por toda a atenção e apoio durante todo o curso.

Ao meu orientador, CF (RM-1) Ohara Barbosa Nagashima, pelo exemplo de dedicação e de grandeza intelectual. Pela amizade e respeito, pelo apoio, incentivo, pela paciência e principalmente por ter me guiado a cada passo durante todo este trabalho.

Por fim, a todos os amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2020, pela amizade e pela forma respeitosa que me trataram durante todo o curso.

RESUMO

O propósito da pesquisa é verificar se o emprego coercitivo do poder aéreo da OTAN durante a Guerra Civil da Líbia de 2011, entre março e outubro daquele ano, ocorreu de acordo com o teorizado por Robert Pape. Usando o apoio da teoria coercitiva apresentada por Pape (1996), é verificado se a OTAN empregou a estratégia coercitiva para que o efeito final desejado pudesse ser atingido naquele conflito. Analisaram-se os principais fatos, ações e características do emprego do poder aéreo durante o conflito e comparou-se com as características definidas pelo teórico. Concluiu-se que, apesar da OTAN ter aplicado a estratégia coercitiva de negação, identificada por Pape como a de maior potencial para o sucesso, a estratégia não obteve êxito, uma vez que Muammar al-Gaddafi não modificou seu comportamento até a sua queda do poder. Além disso, verificou-se que, apesar de muito importante, o poder aéreo não foi suficiente para anular completamente as forças militares do regime de Gaddafi. O bloqueio naval e as forças rebeldes também teriam papel fundamental para o desgaste das tropas e para a derrota total do regime de Gaddafi naquele conflito.

Palavras chave: Coerção. Poder Aéreo. Bombardeio. Guerra Civil da Líbia (2011).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFRICOM - Comando dos EUA para a África
- CENTCOM - Comando Central dos EUA
- CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUCOM - Comando Europeu dos EUA
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- SACEUR - Comandante Supremo Aliado da Europa
- UNSCR - Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA	9
2.1 O que é coerção.....	9
2.2 Distinção e características do poder aéreo.....	11
2.3 Categorias das estratégias aéreas coercitivas	14
2.4 A teoria de Robert Pape.....	17
3. O CONFLITO DA LÍBIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO.....	21
3.1 A desestabilização do regime de Gaddafi na Líbia	21
3.2 Objetivos da intervenção militar na Líbia	24
3.3 Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU	28
3.4 Operação <i>Odyssey Dawn</i>	30
3.5 A OTAN assume o Comando das Operações	34
3.6 Operação <i>Unified Protector</i>	35
3.7 A queda do regime de Gaddafi e o fim das operações na Líbia	40
4. CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Quando determinadas intervenções e negociações conduzidas pelos níveis diplomáticos e políticos de um Estado, bem como por meio de outras formas de expressão do Poder Nacional, não conseguem atingir seus interesses de forma pacífica, a utilização da força, aplicada neste momento pela expressão militar do Poder Nacional, pode ser empregada como forma de se buscar alcançar o estado final desejado daquele que se encontra insatisfeito.

Nesse sentido, ao longo do tempo e da história das guerras e dos conflitos, o estudo das estratégias militares, como ciência, esforça-se em buscar princípios e métodos adequados como forma de garantir uma maior probabilidade de que sejam alcançados o estado final desejado sobre o oponente, de acordo com os meios e recursos que se encontram disponíveis para o emprego.

Dessa forma, a coerção, aplicada na condução de ações dentro de conflitos, visa atingir o estado final desejado sem obrigatoriamente empregar os meios disponíveis do poder militar para a destruição total do inimigo. Com isso, espera-se que as ações adotadas pelo agente da coerção seja aplicada em dose suficientemente adequada para que o adversário atenda às exigências impostas, mesmo que ele ainda possua condições de permanecer no conflito, ou seja, para a coerção, a chave do sucesso está na possibilidade de se derrotar o opositor sem submetê-lo ao seu desgaste máximo.

Para Robert Pape, o poder aéreo surge como um recurso ideal do poder militar para fins da coerção. Na visão do autor, o poder aéreo possui características específicas que o difere dos poderes terrestres e navais e que pode facilitar o alcance do efeito desejado de forma mais adequada.

Partindo dessa premissa, o conflito ocorrido na Líbia, em 2011, que resultou na queda de Muammar al-Gaddafi (1942-2011) do poder, sua posterior captura e assassinato,

servirá como objeto de estudo. Será verificado se a dinâmica do objeto de estudo teria ocorrido de acordo com o teorizado por Robert Pape. Além disso, em se havendo traços do emprego da coerção, se ela conseguiu obter resultados positivos que influenciaram no encerramento das operações. Apesar de não se tratar de um conflito convencional clássico e com maior aproximação a um conflito irregular, esse episódio possui grande valia, uma vez que as operações realizadas pela OTAN sobre a porção terrestre da Líbia foram efetuadas em sua maior parte pelo poder aéreo, o qual tinha por meta principal criar e manter uma zona de exclusão aérea para a proteção da população civil daquele país.

Nesse sentido, este trabalho será classificado como uma pesquisa qualitativa quanto à sua abordagem, quanto à sua natureza será classificado como pesquisa básica, quanto aos objetivos será classificado como uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos será classificado como o confronto entre a teoria e a realidade.

Consequentemente, o propósito da pesquisa é responder a seguinte questão: o emprego coercitivo do poder aéreo da OTAN durante a Guerra Civil da Líbia de 2011, entre março e outubro daquele ano, ocorreu de acordo com o teorizado por Robert Pape?

Para a resposta a essa questão será assumida determinada hipótese de pesquisa e, ao final do estudo, será verificada a sua validade ou não. Dessa forma, a hipótese assumida é que o emprego do poder aéreo pela OTAN ocorreu de acordo com a estratégia coercitiva de negação, teorizado por Pape.

Essa pesquisa será apresentada em quatro capítulos: o primeiro capítulo, esta Introdução, apresenta a ideia principal sobre a coerção em um cenário de conflito militar e sua importância como fator para a conquista de objetivos. Também é apresentado o cenário em que se irá ser confrontada a teoria de Robert Pape com a hipótese assumida, de forma a poder comparar os resultados obtidos à luz da teoria.

O segundo capítulo será composto pela fundamentação teórica da coerção militar

segundo o autor Robert Pape e que servirá de embasamento para a análise futura do objeto de estudo escolhido, que será abordado segundo esse referencial.

No terceiro capítulo, que tratará especificamente do objeto da pesquisa, será analisada a Guerra Civil ocorrida em 2011 na Líbia e a atuação da OTAN durante a intervenção militar sob a ótica da Teoria da Coerção, de Robert Pape. A análise terá por objetivo verificar se as ações praticadas principalmente pelo emprego do poder aéreo se desenvolveram de acordo com a estratégia da coerção, de forma a se alcançar o efeito final desejado naquele conflito.

Finalmente, no quarto e último capítulo, serão apresentadas as conclusões da pesquisa, além de uma possível linha para investigações futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

Nesta seção será apresentada a fundamentação teórica do presente trabalho, onde serão abordadas as definições de coerção, a distinção do poder aéreo quando comparado às demais forças militares, as categorias de estratégias aéreas coercitivas e suas características e, por fim, a Teoria de Robert Anthony Pape (1960-) que alega que o sucesso da estratégia da coerção está na negação, ou seja, na capacidade de se empregar o poder aéreo de forma a frustrar a estratégia militar do inimigo e a controlar os objetivos em disputa.

2.1 O que é coerção

Para fins desta Dissertação, o termo coerção corresponde a “esforços para alterar o comportamento de um Estado por meio da manipulação de custos e benefícios”¹ (PAPE, 1996, p.4, tradução deste autor). Assim como a dissuasão², a coerção tem por objetivo influenciar o comportamento do adversário para a tomada de decisões, porém, no processo de dissuasão, a finalidade é fazer com que o adversário não altere seu comportamento ou não inicie determinada ação, pois os custos e os riscos envolvidos seriam desproporcionais aos benefícios atingidos. Já a coerção busca justamente forçar o oponente a modificar seu comportamento, interrompendo ou iniciando uma nova ação de forma a modificar os custos e os benefícios envolvidos.

Na visão de Pape (1996), a coerção está presente na maior parte das guerras, uma vez que os Estados geralmente tentam forçar de alguma forma o oponente a efetuar algum tipo de mudança nas ações até então praticadas, alterando o *status quo* apresentado até o momento pelo inimigo.

¹ No original: “‘Coercion’ means efforts to change the behavior of a state by manipulating costs and benefits”.

² Na língua inglesa: *deterrence*.

Carl von Clausewitz (1780-1831), na obra “Da Guerra” (1832), também identificou esse tipo de comportamento quando descreveu que a guerra teria como objetivo obrigar o inimigo a cumprir a vontade de seu oponente que se utilizaria da força para esse fim e que, caso o inimigo fosse coagido, ele deveria ser colocado numa situação ainda mais desagradável do que o próprio sacrifício exigido a ele.

Dessa forma, segundo Pape (1996), a coerção obriga ao Estado vítima escolher entre conceder ou sofrer as consequências caso sua opção seja permanecer com o curso das ações até então praticadas. A meta da coerção, com isso, não é derrotar completamente o inimigo pelo uso da força extrema, mas sim de permitir ao oponente a decisão de aceitar as imposições, mesmo que ele ainda possua meios razoáveis de resistir.

Pape (1996) definiu que o sucesso da coerção depende do Estado ser capaz de conseguir aumentar os custos para o oponente deixar de resistir, de ser capaz de diminuir os benefícios de cada conquista por ele alcançada, ou até mesmo de reduzir a probabilidade de seu sucesso para cada ação adotada. Esses fatores não podem ser facilmente manipulados, pois características presentes como histórias e conflitos antepassados, particularidades culturais e interesses territoriais envolvidos nas disputas, caso existam, influenciam diretamente o espírito do combatente e da população inimiga. Qualquer alteração que venha a ocorrer nesse tipo de comportamento ocorrerá de forma muito lenta, mesmo quando o oponente estiver sob forte ataque ou ameaça.

Além disso, de acordo com Pape (1996), a coerção só obterá êxito quando os custos da rendição para o oponente forem mais baixos do que os de resistência, pois, além de envolver custos elevados, a rendição pode impor outras alterações ao derrotado, como mudança forçada de governo, destruição de instituições sociais e novos tipos de ameaças. Caso o inimigo perceba que os custos de se render são iguais ou maiores que os custos da resistência, a coerção poderá falhar.

Portanto, dificilmente um Estado irá se render quando punições severas estiverem presentes nos termos de rendição. Além disso, não haveria incentivos para as concessões e para as mudanças nas linhas de ação do oponente se os custos da rendição fossem mais elevados do que os da resistência.

Dessa forma, conclui-se que quando a coerção não é bem realizada, e à medida que as consequências do conflito aumentam, como o sofrimento da população e os prejuízos econômicos, os Estados tendem a adotar atitudes intransigentes nas quais somente a vitória passa a interessar e em que qualquer outro resultado passa a ser percebido como um tremendo fracasso.

2.2 Distinção e características do poder aéreo

Segundo Pape (1996), ao longo do tempo, a finalidade de cada um dos principais instrumentos de coerção militar foi sendo modificada em virtude das mudanças na organização dos Estados modernos. Mesmo com essas mudanças, todas as forças que compõem o Poder Militar contemporâneo ainda podem ser utilizadas com finalidade coercitiva, porém, dentre as forças de terra, mar e ar, o poder aéreo pode apresentar certa eficácia nas diferentes formas de estratégia coercitiva quando comparado às demais.

Pape (1996) avalia que o poder terrestre, que na Idade Média era utilizado principalmente para punição, em virtude da revolução industrial, a qual proporcionou a produção de armas em massa, aumentando o poder de fogo e a capacidade de logística e de transporte, assim como a democratização dos Estados e o nacionalismo, passou a ser quase que completamente um instrumento de negação em virtude do crescimento da dimensão dos exércitos que lhes permitem proteger, relativamente, a população da punição. Além disso, em virtude das forças terrestres dificilmente conseguem atacar alvos militares ou econômicos

antes de penetrar nas linhas inimigas, a coerção para este tipo de poder tende a se basear principalmente na estratégia de negação, ao invés de punição ou risco.

De acordo com Pape (1996), o poder naval apresenta como principal estratégia coercitiva o bloqueio, utilizado estrategicamente para reduzir o acesso e os benefícios do Estado-alvo ao mar. Dessa forma, a eficácia do bloqueio naval, que depende da localização geográfica e da estrutura econômica do inimigo, está diretamente relacionada à dependência que ele possui junto ao comércio exterior.

Na avaliação de Pape (1996), o poder aéreo, ao longo do tempo, tornou-se uma ferramenta coercitiva cada vez mais poderosa, mais precisa e mais destrutiva à medida que características, como alcance e carga útil dos vetores aéreos aumentaram, assim como também em decorrência das evoluções tecnológicas que proporcionaram equipamentos, armamentos e munições cada vez mais precisos para as navegações das aeronaves e para os ataques.

Ainda segundo Pape (1996), outra vantagem apresentada pelo poder aéreo está no fato dele poder ser empregado de maneira muito mais seletiva para a coerção (punição ou negação) do que os outros instrumentos de terra e mar. A energia aérea oferece vantagens aos atacantes sobre a energia terrestre ou marítima. Diferentemente do poder terrestre e do poder marítimo, o poder aéreo pode alcançar profundamente o território do oponente desde os primeiros momentos de um conflito a um menor custo de vidas em relação ao poder terrestre. Os ataques podem se concentrar em alvos políticos, militares, econômicos e populacionais, tanto de forma isolada como combinada.

Por outro lado, para Pape (1996), isso não significa que o ataque aéreo possa ser fácil de ocorrer e que seja eficiente, pois os sistemas de defesas muitas vezes se apresentam também bastante eficazes e, dessa forma, mesmo que o defensor tenha dificuldade para impedir a penetração de seu espaço aéreo, a atuação da defesa aérea poderá influenciar diretamente sob as perdas moderadas ou decisivas do conflito, podendo se acumular com o passar do tempo,

tornando a campanha aérea bastante onerosa para o Estado atacante durante o conflito.

Dessa forma, para se obter uma campanha aérea coercitiva bem sucedida, o poder coercitivo deve buscar a Superioridade Aérea³ sobre parte do território e, ainda, possuir aeronaves em quantidades suficientes para realizar as operações de ataque e bombardeio.

Pape (1996) divide as operações aéreas coercitivas em dois principais tipos: o bombardeio estratégico, cuja finalidade é atacar principalmente alvos militares, industriais ou alvos civis próximos ou dentro dos centros políticos ou econômicos; e a interdição, que tem por objetivo principal atacar as linhas de suprimento entre a produção militar e o teatro de operações, os centros de comando e as forças terrestres, geralmente em apoio às operações das forças militares aliadas terrestres.

Nesse sentido, as campanhas de bombardeio podem seguir a estratégia de punição ao tentarem prejudicar a população civil do inimigo para abalar a sua moral, incitando-a a forçar seu governo a pôr um fim na guerra, ou seguir a estratégia de negação ao prejudicar e danificar a economia de guerra do oponente, bem como ao enfraquecer as forças inimigas no campo de batalha, bloqueando-as do apoio logístico necessário ou por meio de ataque direto, tornando inevitável o seu colapso.

Desse modo, conclui-se que, geralmente, as campanhas aéreas podem ser adaptadas à determinada estratégia coercitiva de acordo com os alvos pré-selecionados e que, dessa forma, se identificarão com uma estratégia específica e não com as demais. Ainda assim, existe a possibilidade de que a separação entre punição e negação não seja perfeita, uma vez que alvos de punição podem estar localizados muito próximos a alvos de negação, embora a tecnologia e a precisão dos armamentos vêm facilitando cada vez mais o sucesso dos ataques.

³ Superioridade Aérea é “o nível de Controle do Ar no qual a Força Aérea amiga é capaz de dominar somente uma porção específica do espaço aéreo e espacial de interesse e por período limitado” (BRASIL, 2012, p. 46).

2.3 Categorias das estratégias aéreas coercitivas

Robert Anthony Pape (1996) dividiu as estratégias aéreas coercitivas em quatro categorias: de punição, risco, negação e decapitação.

De acordo com a definição de Pape (1996), a coerção por punição tem por característica causar sofrimento aos civis de forma direta ou indireta, prejudicando paralelamente também a economia do Estado-alvo em virtude das ações adotadas pelo agente da coerção. Para isso, utiliza-se de bombardeio às cidades para matar ou ferir seus habitantes ou deixá-los desabrigados. Os bombardeios também podem ser utilizados para privar as populações de serviços essenciais, como água e energia elétrica, entre outros. A coerção por punição também pode estar relacionada à ação de provocar a morte de militares em massa com a finalidade de possibilitar explorar as vulnerabilidades do inimigo em virtude das baixas provocadas.

Para Pape (1996), as estratégias de punição dificilmente apresentam sucesso e retorno, pois causar a dor para subjugar a resistência do oponente está muito acima das capacidades da guerra convencional, principalmente em virtude de as armas convencionais possuírem poder de destruição limitado. Por fim, a exploração de vulnerabilidades civis também poderá falhar durante as disputas porque geralmente a sensação de pertencimento e as ambições por seus territórios superam os custos e os riscos que a população do Estado-alvo está disposta a enfrentar.

Segundo Pape (1996), as estratégias de risco diferem-se das estratégias de punição pois elas se desenvolvem proporcionando danos aos civis de forma mais lenta e gradual. Apesar dos ataques praticados serem os mesmos utilizados para a estratégia de punição, a diferenciação está no fator tempo, na extensão geográfica do ataque e na sua amplitude. Isso ocorre em virtude de esta categoria de coerção ser realizada de forma gradual, em vez de partir, de uma única vez,

para a destruição completa de cada alvo. Uma vez sendo realizada de forma mais lenta, as operações tentam impactar no sentido de transmitir ao oponente a sensação de que danos muito mais sérios serão sofridos caso as imposições não sejam cumpridas. Para isso, o agente da coerção deve expressar claramente que será o comportamento do inimigo quem irá estabelecer a cadência e a amplitude dos ataques, e que esses poderão ser cessados a partir do momento em que o Estado-alvo passe a cumprir as exigências propostas pelo poder atacante. Para que esse tipo de ameaça funcione, o agente da coerção deve atentar também para a dosagem de seus ataques, uma vez que, dependendo da sua dimensão, eles poderão se tornar ineficazes à medida que a destruição dos alvos tenha ocorrida de forma excedente ou praticamente completa.

A estratégia da coerção por negação, segundo Pape (1996), a princípio, não causa impacto às populações civis e tem por característica atacar ou neutralizar meios militares para impedir que o oponente consiga atingir seus objetivos políticos ou estratégicos durante o conflito. Nesse sentido, a ação militar executada pelo Estado coercitivo deverá ser tal que o dano causado ao oponente seja apenas suficiente para, de acordo com as intenções do Estado atacante, impedir ou interromper um ataque do inimigo, bem como para conquistar ou manter o domínio de determinado território. Com isso, a coerção busca desenvolver-se com menores custos para ambos os lados durante o conflito: enquanto o agente da coerção tenta obter concessões sem ter que arcar com os custos da vitória militar, o seu oponente pode convencer-se de que aceitar as demandas do agressor poderá ser menos danosa do que sofrer as consequências e os gastos de recursos, ainda maiores e desnecessários, até o final do conflito.

Dessa forma, a intenção do agente da coerção é impedir que a estratégia militar do oponente funcione, agindo para reduzir ou até mesmo para destruir a perspectiva de que o inimigo possa ter de manter ou de conquistar um território ou os outros objetivos em disputa. Como resultado, espera-se que, ao deixar de atingir suas metas e objetivos, independentemente de qualquer esforço apresentado ou que ainda esteja disposto a enfrentar, o inimigo passe a

efetuar as concessões exigidas pelo agente coercitivo, uma vez que a continuidade de sua resistência servirá apenas para aumentar ainda mais os custos e os danos sofridos ao seu Estado.

Já a coerção por decapitação, para Pape (1996), tem por objetivo modificar a estrutura de comando para derrubar a liderança do oponente ou para forçar a estrutura de comando a fazer concessões. Apesar de ser muito difícil, a captura ou a morte do líder de Estado do oponente pode ser considerado decisivo para o final dos conflitos em desenvolvimento. Já no caso de um regime impopular, a falta de comunicação facilita a rebelião por parte de elementos dissidentes, bem como inibe o fortalecimento da moral nacional.

Segundo Warden (1992), a liderança é o elemento mais crítico na determinação da vontade de lutar de um Estado, pois somente a estrutura de comando, na pessoa do chefe de Estado ou de um oficial general que comande uma força, por exemplo, seria o único elemento do oponente capaz de fazer concessões.

De acordo com Pape (1996), a coerção por decapitação apresenta três variantes: decapitação da liderança, decapitação política e decapitação militar.

A decapitação da liderança, para Pape (1996), tem por objetivo eliminar líderes específicos considerados força motriz, supondo que sua eliminação conduzirá à paz em virtude do descomprometimento de seus sucessores para com os objetivos da guerra ou por esses temerem se tornarem futuros alvos do agente coercitivo.

O objetivo da decapitação política, segundo Pape (1996), é criar circunstâncias para que grupos de oposição domésticos derrubem o governo e o substituam por outro que seja passível de concessões. Independentemente de se tratar de uma revolta popular ou um golpe de estado, o poder aéreo pode aumentar as chances de sucesso ao atacar os instrumentos de controle interno do regime, como contrainteligência, forças de segurança e unidades militares leais, eliminando fontes de comunicação de apoio e suporte.

A decapitação militar, de acordo com Pape (1996), visa atacar redes nacionais de

comando e comunicação, isolando a liderança central de suas unidades em campo, de forma que os líderes não tenham condições de transmitir a direção estratégica ou de se ajustarem aos movimentos inimigos, entrando em colapso sob uma leve pressão militar.

Com isso, conclui-se que os resultados esperados pela coerção convencional dependerão principalmente dos poderes de resistência do oponente, uma vez que a destrutividade das armas convencionais é limitada. Isso explica o porquê das estratégias de punição e risco tenderem a não surtirem o efeito desejado e o motivo pelo qual as estratégias de negação são favorecidas, apesar do sucesso dessas operações ser mais lento do que o desejado. Além disso, a coerção tem se destacado em sua tarefa mais importante em virtude de permitir que o vencedor obtenha concessões sem a necessidade de pagar os custos por ter alcançado a vitória decisiva no conflito.

2.4 A teoria de Robert Pape

Como visto, percebe-se que o poder aéreo pode apresentar certas vantagens em relação aos demais poderes militares para fins estratégicos coercitivos. Apesar do poder aéreo poder ser utilizado, principalmente, para a punição e para a negação, Robert Pape apresenta a seguinte teoria:

A chave para o sucesso na coerção convencional não é a punição, mas a negação, ou seja, a capacidade de frustrar a estratégia militar do Estado-alvo para controlar os objetivos em disputa. Para ter sucesso, o agente coercitivo deve minar a confiança do Estado-alvo em sua própria estratégia militar.⁴ (PAPE, 1994, p. 10, tradução deste autor).

Dessa forma, verifica-se que a evolução tecnológica dos meios aéreos e dos armamentos, a precisão das bombas e a capacidade de penetração, entre outros fatores,

⁴ No original: “*The key to success in conventional coercion is not punishment but denial, that is, the ability to thwart the target state’s military strategy for controlling the objectives in dispute. To succeed the coercer must undermine the target state’s confidence in its own military strategy.*”

permitiram às aeronaves aumentarem sua eficiência⁵ para fins da estratégia coercitiva de negação.

Pape (1996) ressalta que, para se comprovar o sucesso da coerção, alguns fatores devem ser considerados, como por exemplo: tenha havido a solicitação para que o oponente desistisse de interesses importantes, como redução de objetivos políticos; tenha aceitado acordo de cessar-fogo; e tenha realizado a retirada de tropas ou até mesmo tenha se rendido, mesmo ainda possuindo capacidade de continuar com as operações militares. Além disso, as ameaças coercitivas realizadas devem ser claramente identificadas, e, para isso, devem responder às seguintes perguntas: quais objetivos a ofensiva aérea possuía; quais estratégias coercitivas foram consideradas e adotadas; de que forma a campanha foi realizada e até que ponto os requisitos de determinada estratégia foram alcançados; e, por fim, como a tomada de decisão do alvo mudou ao longo do tempo e como se correlacionou com os estágios da campanha de bombardeio do poder coercitivo.

Por fim, Pape (1996) ressalta que as estratégias aéreas coercitivas podem ser identificadas por dois critérios: o primeiro seria um conjunto de indicadores específicos, como tempo, metas e munições utilizadas.

Dessa forma, Pape (1996) explica que as missões de estratégias de punição, por exemplo, devastariam áreas residenciais e comerciais das cidades, podendo ser realizadas durante à noite devido à baixa necessidade de precisão. Além disso, as munições poderiam incluir bombas incendiárias com o objetivo de provocarem incêndios e destruição. Uma punição mais suave, causando sofrimento, mas menos mortes, atacaria somente determinados setores civis, como estações de energia, água ou alvos agrícolas, como sistemas de irrigação.

A campanha de risco seria semelhante à punição, porém, Pape (1996) explica que

⁵ O conceito da palavra eficiência é, segundo Peter Drucker (2006), “fazer certo as coisas”, ou seja, está relacionado à ação de produzir algo corretamente, empregando os recursos disponíveis da melhor forma possível, reduzindo custos, desperdícios e tempo.

se difere pelo fato de causar o dano de forma mais suave e de forma progressiva, interrompendo os ataques somente para pausas por sinalização diplomática. Os alvos civis de menor importância receberiam os primeiros ataques para só depois seguirem para os mais críticos.

De acordo com Pape (1996), a campanha de negação atacaria centros de produção militar e também alvos militares, como forças do teatro de operações, centros de Comando e Controle, comunicações e logística, entre outros. Os ataques exigiriam munições explosivas mais precisas (guiadas) e seriam executados com a máxima capacidade, de forma a evitar o reparo dos alvos atacados.

Por fim, conforme observado por Pape (1996), a decapitação atacaria principalmente instalações de liderança e redes de comunicação dos centros políticos do oponente, além de nós vitais da infraestrutura, como energia elétrica e fontes de combustíveis. As missões exigiriam máxima precisão em virtude do tamanho dos alvos e das suas localidades e teriam baixa duração de tempo por se tratar de alvos específicos e de quantidades menores.

O segundo critério definido por Pape (1996) concentra-se no comportamento do inimigo, o qual presume-se ser alterado de acordo com a destruição de um conjunto de alvos selecionados. Dessa forma, as missões estratégicas devem ser planejadas dentro da seguinte cadeia de ação: a seleção dos alvos de força, os mecanismos utilizados para os ataques e, por fim, a mudança política adotada pelo oponente.

Diante das informações apresentadas, a proposta deste capítulo foi a de identificar a teoria coercitiva defendida por Robert Pape. Além disso, definiu-se o significado do termo coerção, as principais características do poder aéreo quando comparado aos poderes navais e terrestres e como Pape categoriza as estratégias de coerção empregadas pelo poder aéreo: punição, risco, negação e decapitação.

A teoria apresentada permitiu estabelecer o foco central e os parâmetros de qualificação que orientaram a avaliação da hipótese. Além disso, ela também permitiu extrair

proposições de interesse ao desenvolvimento da pesquisa.

Conforme apresentado, ficou evidenciado que a estratégia de negação tende a possibilitar maior chance de sucesso quando comparada às demais estratégias por justamente abalar e enfraquecer a estratégia militar do oponente. Apesar dessa possibilidade acontecer de forma um pouco mais lenta, também ficou evidenciado que, para que se comprove o sucesso da coerção, é necessário, entre outros fatores, que o oponente tenha desistido de lutar mesmo ainda possuindo forças militares para fazê-lo. Dessa forma, o fato de o agente coercitivo ter atingido seus objetivos e efeito final desejado ao final de um conflito, não necessariamente apresenta o sucesso da estratégia coercitiva, mas sim que a vitória no conflito ocorreu pelo fato do oponente ter atingido o seu desgaste máximo. Nesse sentido, haveria uma vitória do conflito e não uma vitória da coerção.

A hipótese é de que o emprego do poder aéreo pela OTAN ocorreu de acordo com a estratégia coercitiva de negação. A consequência da hipótese é que Gaddafi teria sido retirado do poder em virtude do sucesso dessa estratégia contra as forças de seu próprio regime.

3 O CONFLITO DA LÍBIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA COERÇÃO

Este capítulo tem por finalidade analisar a intervenção militar realizada pela OTAN durante o conflito ocorrido na Líbia, em 2011, sob a ótica da teoria da coerção, de Robert Pape.

A contextualização histórica presente dentro da análise tem apenas o objetivo de apresentar o embasamento necessário sobre as manifestações políticas e as ações ocorridas na Líbia que contaram com a participação de diversos países e órgãos internacionais. Os fatos apreciados foram extraídos de fontes de jornais, em *sites* da *internet*, e do livro *Precision and purpose: airpower in the Libyan Civil War* e visam fornecer elementos suficientes para que, sob à luz da teoria de Pape, possa ser verificado se a hipótese adotada nesta Dissertação, de que a OTAN empregou a estratégia coercitiva de negação durante a intervenção militar contra o regime de Gaddafi, realmente ocorreu e se ela obteve sucesso.

3.1 A desestabilização do regime de Gaddafi na Líbia

Talvez Muammar al-Gaddafi, que governava a Líbia há 41 anos, não pudesse imaginar as consequências que a Primavera Árabe⁶ traria também para o seu país e principalmente para a sua vida. Na Líbia, os protestos tiveram início na cidade de Benghazi, leste do país, e logo se estenderam por todo o território. De forma rápida, movimentos rebeldes passaram a expulsar autoridades do regime de Gaddafi do poder e a controlar parte significativa

⁶ Segundo Mueller *et al.* (2015), a Primavera Árabe teve início na Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, com a autoimolação do vendedor Mohammed Bouazizi (1984-2011) que, após ter vendido seu carrinho de mão utilizado como instrumento de trabalho, ateou fogo em seu próprio corpo por ter se negado a pagar propina a membros do governo tunisiano. Após sua morte, a população da Tunísia se revoltou contra a corrupção e contra as políticas repressivas praticadas pelo governo do ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali (1936-2019). O ex-presidente foi forçado a deixar o país em 14 de janeiro de 2011 e, a partir daí, uma onda de revolta tomou conta de outros países, como Argélia, Jordânia, Iêmen e Egito, esse último onde o presidente Hosni Mubarak (1928-2020), em 11 de fevereiro de 2011, também foi forçado a renunciar. Após Mubarak, o impulso abarcou o Oriente Médio e o Norte da África, incluindo também a Líbia.

do território líbio.

Os protestos tomaram amplitude e se espalharam de Benghazi para Beyida, Zentan, Darnah e Rijban, e a resposta do governo líbio aos protestos passou a ocorrer de forma violenta. Durante os protestos ocorridos no "Dia da Raiva", atiradores das forças de segurança do regime de Gaddafi utilizaram munição real contra os próprios manifestantes.⁷ Além disso, helicópteros e caças militares líbios teriam atacado manifestantes com munição real nos dias seguintes a essa manifestação.⁸ O uso das forças armadas do regime de Gaddafi como forma de controlar a população veio a público e ganhou ampla repercussão após dois pilotos de caça terem desertado ao descumprirem ordens de atacar diretamente manifestantes líbios.⁹

Em uma primeira análise, ainda que não seja o objeto deste estudo, as ações praticadas por Gaddafi se revestem de traços de terrorismo, uma vez que suas ações tinham por objetivo influenciar e modificar o comportamento de sua população. Dessa forma, Gaddafi pretendia alterar o comportamento dos manifestantes e dos grupos rebeldes para possivelmente tentar se manter no poder. Essas ações violentas poderiam ter modificado o comportamento no sentido de calar as manifestações da população, porém, serviram apenas para potencializar as revoltas e propagar uma onda ainda maior de violência em todo o país.

Em 22 de fevereiro, Gaddafi declarou à imprensa televisiva a promessa de permanecer no poder até o fim dos acontecimentos e de “limpar a Líbia de casa em casa” caso os protestos não se encerrassem.¹⁰ Seu discurso novamente se revestia de uma forte imposição, uma vez que tentava demonstrar, por meio de suas palavras, que a mudança deveria partir dos

⁷ AL ARABIYA. *Clash breaks out as Libya braces for day of anger*; Al Arabiya online, 16 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.alarabiya.net/articles/2011/02/16/137834.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

⁸ THE MERCURY NEWS. *Anti-Government protesters killed in Libyan clash*. Associated Press, 17 Feb. 2011. Disponível em: <<https://www.mercurynews.com/2011/02/17/anti-government-protesters-killed-in-libyan-clash/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

⁹ RAGHAVEN, Sudarson; FADEL, Leila. *Military helicopters reportedly fire on protesters in Libya*. Washington Post Foreign Service, 21 Feb. 2011. Disponível em: <<http://hanan-revue.blogspot.com/2011/02/military-helicopters-reportedly-fire-on.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

¹⁰ FAHIM, Kareem; KIRKPATRICK David D. *Qaddafi's grip on the capital tightens as revolt grows*, New York Times, 22 Feb. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/02/23/world/africa/23libya.html>>. Acesso em: 30 maio 2020.

manifestantes, pois aparentemente seria impossível que o líder do governo aceitasse as reivindicações de sua população. Com receio de que a situação se deteriorasse ainda mais pelo país, os Estados Unidos da América (EUA) e outros países europeus começaram a evacuar seus cidadãos do território líbio. Além disso, milhares de pessoas refugiaram-se para países vizinhos, como Tunísia e Egito. O Secretário Geral das Nações Unidas à época, Ban Ki-moon (1944-) reportou-se diretamente a Gaddafi exigindo que as violências praticadas contra a população fossem cessadas imediatamente.¹¹

Líderes de países, incluindo EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha, entre outros, se manifestaram contra a repressão de Gaddafi pressionando-o a negociar pacificamente com os manifestantes. Embaixadores da Líbia, incluindo o embaixador para os EUA, além de outros vários funcionários do regime de Gaddafi, começaram a desertar em massa. Representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) também desertaram e passaram a pedir o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre o país em virtude dos ataques aéreos contra a população.¹²

No dia 26 de fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, a Resolução 1970. A resolução determinava um embargo que restringiria a importação e a exportação de armas, e impediria também o trânsito de mercenários para a Líbia. Além disso, a resolução vislumbrava assistência humanitária à comunidade da Líbia e proibia Gaddafi e outros membros do governo que se ausentassem do país. Gaddafi e membros do governo tiveram seus bens financeiros confiscados. A resolução passou a aumentar as sanções para as violações dos direitos humanos, principalmente no que se referia a ataques e a bombardeios contra populações civis.¹³ De certa forma, a resolução serviria de base para que o

¹¹ RAGHAVEN, Sudarson; FADEL, Leila. *Military helicopters reportedly fire on protesters in Libya*. *Washington Post Foreign Service*, 21 Feb. 2011. Disponível em: <<http://hanan-revue.blogspot.com/2011/02/military-helicopters-reportedly-fire-on.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

¹² MUELLER *et al.*, 2015, p. 12.

¹³ UNITED NATIONS. Security Council. *Resolution 1970 (2011)*. Adopted by the Security Council at its 6491st meeting, on 26 February 2011. New York, 2011, 10p.

Conselho de Segurança e a comunidade internacional adotassem, futuramente, medidas mais assertivas com a finalidade de combater as ações violentas praticadas por Gaddafi dentro do território líbio.

Com relação a esse aspecto, a coerção, como forma de atingir o estado final desejado, não necessariamente precisa empregar diretamente a expressão militar do Poder Nacional. Segundo Brasil (2001), a coerção também ocorre quando outras expressões do Poder Nacional manifestam discursos e ações como forma de solucionar determinados conflitos. Essas ações podem englobar “a expulsão de agentes diplomáticos; a ruptura de relações diplomáticas; a proibição do uso do espaço aéreo, marítimo ou terrestre; embargos e boicotes; congelamento de bens; campanhas internacionais, etc.” (BRASIL, 2001, p. 2-5). Desse modo, percebe-se que as ações e as manifestações apresentadas pelos países e por membros da ONU buscavam, de certa forma, coibir as ações provocadas pelo regime de Gaddafi. A dúvida que resta é se essas ações também tinham como objetivo derrubar Gaddafi do poder.

3.2 Objetivos da intervenção militar na Líbia

Desde os primeiros instantes da crise, não era muito evidente quais seriam as verdadeiras intenções por detrás dos discursos proferidos pelas autoridades de outros países quando eles se referiam à situação da Líbia. O presidente francês (2007-2012), Nicolas Sarkozy, sugeriu que uma intervenção militar fosse adotada como medida para impedir as ações violentas praticadas pelo regime de Gaddafi. Além disso, Sarkozy manifestou que Gaddafi deveria ser expulso da liderança daquele país. Esse mesmo apelo ganhou apoio do primeiro-ministro britânico (2010-2016) David Cameron, que também se manifestou formalmente contra a

repressão apresentada pelo regime do líder líbio.¹⁴

Entre outros motivos para sugerirem uma intervenção militar, os líderes dos dois países tinham por intenção testar os tratados de cooperação em defesa assinados há poucos meses.¹⁵ Essa situação ainda sinalizaria o emprego do Poder Político como forma de coerção contra Gaddafi e que, em face do agravamento da situação no país, evoluiriam para a aplicação da expressão militar do Poder Nacional, uma vez que os demais poderes não conseguiram atingir o estado final desejado.

Da mesma forma, outro país que forçava uma mudança era os EUA. O Congresso estadunidense e outros círculos políticos externos ao governo também passaram a pressionar pela adoção de medidas mais contundentes contra o regime de Gaddafi. Desde o início, Barack Obama, Presidente dos EUA (2009-2017), já havia condenado a violência na Líbia, ressaltando que os EUA apoiavam os direitos universais do povo líbio e que, como todos os demais governos, o governo líbio tinha a responsabilidade de abster-se da violência, bem como de respeitar os direitos do povo e de permitir que a assistência humanitária chegasse até os necessitados. O presidente estadunidense também declarou que Gaddafi deveria ser responsabilizado pelas violações dos direitos humanos praticadas no país.¹⁶ Com isso, entre o final de fevereiro e início de março, o presidente Obama modificou oficialmente a política dos EUA para com a Líbia, de forma a aumentar a pressão diplomática entre os dois países na tentativa de mudar, mais uma vez, o comportamento de Gaddafi.¹⁷

Apesar de uma forte tentativa coercitiva, Gaddafi não modificou sua postura, pois "a diplomacia coercitiva só pode ter sucesso se o oponente aceita como credível a ameaça de punição pelo não cumprimento das exigências impostas a ele."¹⁸ (GEORGE *et al.*, 1994, p. 238,

¹⁴ MUELLER *et al.*, 2015, p. 14.

¹⁵ MUELLER *et al.*, 2015, *loc cit.*

¹⁶ MUELLER *et al.*, 2015, p. 14-15.

¹⁷ BLANCHARD, 2011, p. 7.

¹⁸ No original: "*Coercive diplomacy can succeed only if the opponent accepts as credible the threat of punishment for non-compliance with the demands made upon him.*"

tradução deste autor). Isso significa que Gaddafi dificilmente se curvaria às manifestações e às ameaças de outros Estados, uma vez que poderia ser complexo para os demais países aplicarem punições, pois a população não poderia ser atacada, como geralmente é previsto ocorrer na estratégia de punição, como Pape sinaliza. Nesse sentido, a vantagem para Gaddafi estava no fato de que a luta não ocorreria entre Estados, mas sim apenas contra seu governo, e as possíveis mortes de inocentes provocadas por ataques contra seu país poderiam repercutir de forma negativa para a opinião pública, tanto da Líbia quanto dos demais países e órgãos envolvidos na crise daquele país.

Ainda durante o mês de março, surgia na Líbia uma organização denominada de Conselho Nacional de Transição (CNT), baseada em Benghazi, afirmando representar os rebeldes do país. O CNT tornou-se rapidamente o porta-voz do movimento de oposição da Líbia e passou a comunicar claramente suas intenções ao resto do mundo. Dentre as solicitações apresentadas, a organização pedia assistência internacional contra Gaddafi sob a forma de criação de uma zona de exclusão aérea dentro do território da Líbia. Embora o CNT fosse a única organização representativa dos rebeldes, ficava evidente que a revolta era composta por diversos grupos distintos, mas que possuíam um interesse comum entre eles: retirar Gaddafi do poder.¹⁹

Nesse sentido, parecia haver certa distorção entre a solicitação relacionada à criação da zona de exclusão aérea e o estado final desejado, uma vez que colocar a população sobre proteção internacional não obrigatoriamente garantiria, por si só, a queda de Gaddafi do poder. Pape, porém, afirma que o sucesso da coerção ocorre quando a força é utilizada contra as vulnerabilidades militares do oponente, pois ao serem afetadas, os esforços militares continuados do inimigo não alcançarão os objetivos políticos desejados por ele (Pape, 1996). Dessa forma, a criação de uma zona de exclusão aérea parecia ser a chave para o sucesso, pois

¹⁹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 15-16.

além de garantir proteção à população, poderia afetar diretamente as forças de Gaddafi e, conseqüentemente, reduzir sua capacidade militar e afetar diretamente seu comportamento.

Ao mesmo tempo, Gaddafi respondeu fortemente à ameaça sofrida contra o seu poder por meio de outra ofensiva que contava com as forças de seu governo e que se dirigiram para as cidades do leste da Líbia, locais estes já mantidos pelas forças rebeldes. Para isso, Gaddafi reuniu apoiadores leais à sua causa e prometeu morrer como “mártir” em solo líbio.²⁰ As ações demonstravam que Gaddafi manteria seu comportamento mesmo após todas as ameaças sofridas. Os ataques contra os rebeldes se acentuavam cada vez mais e as pressões pela criação de uma zona de exclusão aérea intensificavam-se também, com forte pressão para o desenvolvimento de uma ação militar contra o líder líbio. Durante um depoimento ao Congresso estadunidense, o Secretário de Defesa (2006-2011), Robert Gates, manifestou que uma ação militar poderia ser prematura, pois as ações para a criação de uma zona de exclusão aérea dentro da Líbia necessitariam ser iniciadas por ataques contra sistemas de defesa, o que poderia ser interpretado como novos ataques dos EUA contra um país muçulmano.²¹

Mesmo assim, entre os dias 10 e 11 de março, membros da OTAN se reuniram em Bruxelas para deliberar sobre um planejamento de contingência efetuado por meio do SACEUR que tinha por finalidade aumentar a vigilância aérea na Líbia por meio da utilização de aeronaves de Sistema de Controle Aéreo e de Alerta (AWACS)²². A vigilância garantiria o monitoramento da situação dentro do território líbio 24 horas por dia. Além disso, o Secretário Geral da OTAN (2009-2014), Anders Fogh Rasmussen, enfatizou que a Aliança não tinha intenção de intervir na Líbia. O consenso era que a OTAN aumentaria a presença naval na região com o objetivo de acelerar o envio de ajuda humanitária e de implantar novas medidas

²⁰ AL JAZEERA. *Gaddafi defiant as state teeters*, Al Jazeera online, 23 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/02/20112235434767487.html>>. Acesso em: 04 maio 2020.

²¹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 15.

²² Na língua inglesa: *Airborne Warning and Control System*.

para reforçar o embargo de armas estabelecido pela Resolução 1970 do CSNU.²³

Dessa forma, percebe-se que, ainda que de forma lenta e gradual, o Poder Militar começaria a ser empregado na tentativa de coibir as arbitrariedades praticadas por Gaddafi. Para isso, Gaddafi precisaria modificar seu comportamento e a estratégia coercitiva, segundo a visão de Pape, parecia significar uma possibilidade bastante adequada para forçar a mudança de comportamento do ditador da Líbia.

3.3 Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU

Após declarar que Gaddafi havia perdido sua soberania, o fato de a Liga Árabe apoiar a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia, com a finalidade de proteger a população civil de ataques aéreos, contribuiu bastante para o avanço de todo o desenvolvimento das ações que se seguiram.²⁴ O Conselho de Cooperação do Golfo também já havia endossado a criação, porém o apoio da Liga Árabe era um reforço bem maior, pois não havia precedentes sobre uma ação militar contra um próprio país membro da Liga. O apoio árabe à operação foi reforçado após a Secretária de Estado estadunidense (2009-2013), Hillary Clinton, ter se reunido com líderes árabes que se demonstraram preparados para apoiar, com forças militares, uma possível intervenção na Líbia. Essas contribuições influenciaram significativamente para a legitimidade da operação como um todo.²⁵

Além disso, outro fator que influenciou diretamente a situação foi o avanço das forças de Gaddafi em conjunto com mercenários e que se aproximavam rapidamente dos

²³ MUELLER *et al.*, 2015, p. 16.

²⁴ UNITED NATIONS. *Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favour with 5 Abstentions*. Department of Public Information. News and Media Division. New York, 17 Mar. 2011. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm>>. Acesso em: 29 maio 2020.

²⁵ MUELLER *et al.*, 2015, p. 17.

rebeldes na tentativa de atacá-los em Benghazi. Novos discursos públicos de Gaddafi insinuavam que, quando suas tropas alcançassem aquela região, a população seria executada de forma indiscriminada.²⁶

Com o aumento significativo da gravidade dos fatos ocorridos, em 17 de março de 2011 era criada a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU como forma de fornecer a base legal e a legitimidade internacional para a execução de operações militares contra o governo líbio. Entre os principais destaques da resolução ficavam autorizadas o uso da força e a implementação de uma zona de exclusão aérea dentro da Líbia. A nova resolução permitia aos estados adotarem “todas as medidas necessárias” para proteger as populações civis sob ameaças de ataques do regime de Gaddafi.²⁷ A ONU havia aprovado a zona de exclusão aérea com o objetivo principal de fechar o espaço aéreo da Líbia para todos os tipos de voos, exceto para aqueles que tinham por objetivo prestar ajuda humanitária. Dessa forma, a ação garantiria que ataques aéreos do regime de Gaddafi deixassem de ocorrer contra as populações civis. A resolução também previa outros reforços para embargos financeiros e para a proibição de vendas de armas, além de novas restrições para os membros do governo da Líbia que permaneceriam impedidos de se ausentarem do país.²⁸

Com a criação da Resolução 1973, o Presidente Obama exigiu de imediato que Gaddafi adotasse medidas consideradas inegociáveis, como a implementação de um cessar-fogo no país, bem como o fim dos ataques contra a população civil. Obama ainda declarou que Gaddafi não poderia permitir o avanço de suas tropas para Benghazi. Além disso, ele ressaltou que elas deveriam se afastar também de outras cidades ocupadas pelos rebeldes, como Misrata, Zawiya e Ajdabiya, e que os suprimentos essenciais, como alimentos, água, gás e energia,

²⁶ MUELLER *et al.*, 2015, p. 17-18.

²⁷ UNITED NATIONS. *Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favour with 5 Abstentions*. Department of Public Information. News and Media Division. New York, 17 Mar. 2011. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm>>. Acesso em: 29 maio 2020.

²⁸ MUELLER *et al.*, 2015, p. 18.

deveriam ser restabelecidos, assim como que fosse permitido a livre circulação de ajudas humanitárias para o atendimento de toda a população. Obama afirmou que a política dos EUA estava voltada para a proteção dos civis e descartou a possibilidade de infiltrar tropas terrestres estadunidenses na Líbia. Com isso e, alinhado com a política da OTAN, o presidente limitava o uso da força de forma a não exceder o objetivo de proteger a população daquele país.²⁹

Dessa forma, percebe-se que a Resolução 1973 criava o respaldo necessário para que as ações militares pudessem ocorrer com legitimidade dentro da Líbia. O discurso do líder estadunidense em decorrência das primeiras ações relacionadas à intervenção na Líbia também se assemelha, de acordo com Pape, com uma possível estratégia coercitiva, ainda que de fato exercida por outra expressão do Poder Nacional. A preocupação com a população, no entanto, parecia servir de base para dar sustentação às ações mais severas contra o regime de Gaddafi que se iniciariam. A declaração de que os EUA não infiltrariam tropas em território da Líbia sugere que as vantagens oferecidas pelo emprego do poder aéreo, assim como na visão de Pape, poderiam ser suficientes para o estado final desejado, apesar de expressarem, em uma primeira análise, que os objetivos da intervenção estariam restritos apenas à proteção da população.

Com isso, espera-se que a análise dos fatos que se sucederam nesse conflito possa contribuir para verificar se as ações da OTAN, durante a intervenção militar ocorrida na Líbia em 2011, correspondem como uma estratégia coercitiva, conforme definida por Pape.

3.4 Operação *Odyssey Dawn*

Apenas dois dias após a Resolução 1973 ter sido instaurada pelo Conselho de Segurança da ONU, uma coalizão formada por diversos países adotou medidas para aplicá-la

²⁹ BLANCHARD, 2011, p. 8.

imediatamente. No dia 19 de março ocorreu em Paris uma reunião destinada a demonstrar a dimensão política da coalizão que apoiava a intervenção, uma vez que Gaddafi não havia recuado suas forças até aquele momento. Ao final da reunião, o Presidente Sarkozy, como forma de ressaltar que a intervenção já havia iniciado, anunciou que caças franceses, a partir daquele dia, impediam que o regime de Gaddafi atacasse a população. A operação incluía a participação de países como os EUA, a Inglaterra e a Itália, além da própria França.³⁰

Nos momentos iniciais das ações, e em um curto intervalo de tempo, os EUA e o Reino Unido já haviam disparados centenas de mísseis *Tomahawk* nos principais nós centrais do sistema de defesa aérea do regime de Gaddafi, principalmente na costa da Líbia. Após o enfraquecimento da defesa aérea, a coalizão começou a realizar diversos ataques aéreos contra outros alvos na Líbia, de forma que, após 72 horas, a zona de exclusão aérea já havia sido estabelecida. A liderança da operação ficou a cargo do AFRICOM, tendo o apoio do EUCOM e do CENTCOM. Além disso, diversos outros países, incluindo a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega, a Espanha, o Catar e os Emirados Árabes Unidos aderiram à operação, transferindo rapidamente o comando de suas forças para o AFRICOM.³¹

Nos dias seguintes, os ataques continuaram direcionados para as defesas aéreas da Líbia e para as estruturas de Comando e Controle em Trípoli e em outras localidades, além de interferirem diretamente nas ameaças a civis em Benghazi e Misrata. Durante a realização das missões, os EUA logo deixaram claro sobre a intenção de efetuar uma transição que os passaria de líderes para apenas apoiadores das operações. O presidente Obama havia declarado que o papel estadunidense seria limitado e que, após as operações iniciais, os EUA se recuariam e passariam apenas a fornecer os ativos necessários para permitir que os aliados continuassem com o desenvolvimento das operações.³²

³⁰ MUELLER *et al.*, 2015, p. 21.

³¹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 22.

³² MUELLER *et al.*, 2015, p. 24.

No período de uma semana, a operação *Odyssey Dawn* conseguiu impedir o avanço das forças de Gaddafi para Benghazi, o que permitiria aos rebeldes, a partir daquele momento, treinar suas forças e estabelecer contatos internacionais, de forma a fortalecer significativamente suas chances de sucesso contra o superior, em termos de força, regime de Gaddafi.³³

Conforme já mencionado, antes mesmo da criação da UNSCR 1973, o presidente Obama expressava claramente que Gaddafi deveria deixar o poder, porém, tanto a resolução como o Secretário de Defesa dos EUA destacavam que o objetivo principal das operações militares era somente a proteção dos civis no território da Líbia.

De certa forma, na teoria era possível que a operação militar se concentrasse apenas na proteção civil e a diplomacia, bem como os esforços políticos, atuariam para a saída de Gaddafi do poder, porém, na prática, essa distinção parecia ser muito complexa de se sustentar.

Apontava-se que vários resultados poderiam ser alcançados, mas três deles, sem contar a possibilidade de um fracasso, estavam entre os principais: um rápido colapso do apoio líbio a Gaddafi, forçando-o a sair do poder, uma possibilidade de partição da Líbia entre um leste livre e um oeste governado por Gaddafi e o terceiro, que seria a derrubada do regime pelos rebeldes, como de fato viria a ocorrer. Por razões diplomáticas, em nenhum momento, os líderes dos países envolvidos na intervenção declararam publicamente que a operação militar teria por objetivo a mudança do regime do país, mas, dentre os governos da aliança criada, o debate permanecia sobre como se desencadearia o futuro cenário da Líbia com a possível queda de Gaddafi do poder.³⁴

Da análise dos ataques iniciais realizados pela coalizão contra as forças de Gaddafi, depreende-se que, se de fato houve a aplicação de uma estratégia de coerção em território líbio, a estratégia de punição e de risco não foram aplicadas. Os tipos de alvos selecionados e de

³³ MUELLER *et al.*, 2015, p. 23.

³⁴ MUELLER *et al.*, 2015, p. 24.

munições empregadas (de precisão, principalmente), de acordo com a definição de Pape, confirmam claramente que os ataques foram dirigidos em sua totalidade para alvos fixos militares, principalmente aqueles relacionados ao sistema de Comando e Controle do regime de Gaddafi, bem como ao seu sistema de defesa antiaérea, incluindo radares e sistemas de mísseis antiaéreos.

De certo modo, observa-se inicialmente uma clara semelhança entre a aplicação da estratégia de negação e as ações necessárias para a proteção da população civil, uma vez que para a criação de uma zona de exclusão aérea dentro da Líbia seria necessário obter um nível adequado do Controle do Ar³⁵. Dessa forma, os primeiros ataques buscaram alcançar a Superioridade Aérea para que as aeronaves envolvidas na intervenção militar pudessem operar livremente, dentro dos limites líbios estabelecidos, sem sofrerem o risco de serem interceptadas e abatidas. Por conseguinte, a ação também correspondia a negar o uso do ar às forças de Gaddafi, impedindo que novos ataques aéreos pudessem ser realizados contra a população civil do país.

Com relação às possibilidades que eram previstas de serem atingidas, torna-se evidente que elas também possuíam certa semelhança com os objetivos da coerção apresentados por Pape, uma vez que, visando abalar o comportamento adotado até o momento e de impor uma mudança que levasse aos objetivos desejados pela coalização, os apoiadores de Gaddafi poderiam desistir de permanecer lutando por uma causa que já parecia perdida. Essa atitude fatalmente abalaria a posição mantida por Gaddafi. Talvez aqui esteja apresentado o que poderia ser considerado como sucesso da coerção conforme apontado por Pape, uma vez que, na visão do teórico, o sucesso da coerção ocorre quando o inimigo desiste de lutar ainda possuindo meios disponíveis para manter suas ações. A continuidade da luta até o desgaste total do oponente não evidencia um sucesso da coerção, mas sim uma vitória total dentro do conflito que se obtém

³⁵ Controle do Ar é a “Tarefa Básica realizada com os propósitos de dominar o espaço aéreo e o espacial de interesse e impedir que o inimigo faça o mesmo” (BRASIL, 2012, p. 45).

pelo aniquilamento das forças militares do oponente. Apesar da expectativa da possibilidade de mudança de comportamento no regime de Gaddafi, verificar-se-á futuramente que somente a criação de uma zona de exclusão aérea, assim como a proteção da população civil, não seriam suficientes para que Gaddafi, apoiadores de sua causa e mercenários desistissem de lutar.

3.5 A OTAN assume o Comando das Operações

Logo após a UNSCR 1973, os EUA manifestaram que a OTAN seria a organização ideal para prosseguir com a ação militar contra o regime de Gaddafi, pois as relações dela com os países parceiros da Europa e do Oriente Médio seriam muito importantes para a coordenação dos esforços e para o sucesso das operações.³⁶

As operações continuariam dependendo dos EUA principalmente para o suporte relacionado ao sistema de logística, bem como ao sistema de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR)³⁷, mas o Comando e Controle das operações acabaram por ser transferidos do AFRICOM para a OTAN no dia 31 de março daquele ano. A operação recebeu o nome de *Unified Protector*, e previa a execução de quatro principais planos operacionais: um bloqueio naval, uma zona de exclusão aérea, uma missão de proteção civil e uma missão humanitária, sendo que essa última foi a única que acabaria por não ser ativada.³⁸ As mudanças de Comando para a OTAN não deixavam transparecer quais eram os objetivos esperados da missão além da proteção à população, uma vez que os ataques do regime de Gaddafi ainda ocorriam, principalmente contra os rebeldes, mesmo as forças do regime do ditador já sinalizando a perda de suas capacidades em virtude da intervenção sofrida no país. O bloqueio

³⁶ MUELLER *et al.*, 2015, p. 24.

³⁷ Na língua inglesa: *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR)*.

³⁸ MUELLER *et al.*, 2015, p. 26.

naval demonstrava o esforço internacional criado para a tentativa de se reduzir ainda mais as capacidades militares do governo da Líbia e pode ser interpretado, de acordo com Pape, como o principal método de coerção empregado pelo poder naval. Mais uma vez, as ações que a OTAN continuaria a desempenhar na Líbia possuíam fortes semelhanças com a estratégia coercitiva de negação.

3.6 Operação *Unified Protector*

Denominada de *Unified Protector*, a operação militar da OTAN era definida como uma operação passiva para se negar o uso do espaço aéreo da Líbia. Além disso, o uso da força deveria ser utilizado apenas como último recurso, porém ficou reconhecido o direito à autodefesa contra ataques aéreos e terrestres e, dessa forma, deixou-se entender sutilmente que as forças do regime de Gaddafi poderiam ser pressionadas de algum modo.

Para a realização desta operação, uma Força-Tarefa Conjunta Combinada (CJTF)³⁹ foi criada e se estabeleceu no Comando Aliado de Forças Conjuntas em Nápoles, na Itália. O Tenente-General canadense Charles Bouchard foi designado o Comandante das Operações Militares.⁴⁰

A principal mudança da Operação *Unified Protector* em relação à Operação *Odyssey Dawn* continuou a ser a nítida redução da participação estadunidense nas operações aéreas de ataque ao país. Após aderirem à coalização, países como Romênia, Bulgária, Turquia e Grécia passaram a fornecer principalmente meios navais para a operação. Outros países como Catar, Suécia, Jordânia e Emirados Árabes Unidos permaneceriam voando ao lado dos membros da OTAN, porém somente seis países membros da OTAN continuariam realizando

³⁹ Na língua inglesa: *Combined Joint Task Force*.

⁴⁰ MUELLER *et al.*, 2015, p. 27.

missões de ataque em território líbio.⁴¹

Desde o início das operações, continuava a incerteza sobre o estado final desejado da intervenção na Líbia, pois a Liga Árabe havia pedido somente uma zona de exclusão aérea, sem considerar a realização de missões de apoio e de proteção civil. Além disso, a solicitação de objetivos mais específicos, como a derrubada de Gaddafi do poder, provavelmente não teria sido aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU. Em meados de abril, uma reunião com a participação de ministros das Relações Exteriores dos países membros da OTAN decidiu que os ataques deveriam ser direcionados a duas frentes principais: uma que visava o Comando e Controle do regime de Gaddafi, bem como suas linhas de suprimento, como já havia sendo feito, e outra que atacaria diretamente as forças que representavam uma ameaça à população civil do país. O foco das operações concentrava-se principalmente nas forças de Gaddafi em Brega e nos seus nós de Comando e Controle em torno de Trípoli, os quais também incluíam a sede da 32ª Brigada de Gaddafi.⁴²

A principal mudança operacional que marcou a *Unified Protector* foi a alteração dos alvos localizados dentro do território líbio. Em virtude da maior parte dos alvos fixos, como mísseis terra-ar de defesa antiaérea, grandes instalações de Comando e Controle, além de *bunkers* de armazenamento de armas terem sido destruídos já nos primeiros dias da Operação *Odyssey Dawn*, o foco da campanha passava a ser principalmente alvos móveis do regime de Gaddafi, que eram identificados durante as próprias manobras militares da coalizão.⁴³

Durante o desenvolvimento das operações militares ao longo do tempo, o uso da força como último recurso passou a ser menos restritivo e, de certo ponto, os ataques pareciam favorecer os grupos rebeldes, porém a OTAN negava essa interpretação, alegando que as ações eram pautadas somente naquilo que era previsto na Resolução 1973. Contudo, a criação da zona

⁴¹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 26.

⁴² MUELLER *et al.*, 2015, p. 30.

⁴³ MUELLER *et al.*, 2015, p. 26.

de exclusão aérea parecia ter passado de um simples objetivo de proteger a população civil dos ataques para uma ação de destruição ativa das ameaças do regime de Gaddafi contra os civis, porém, a OTAN mantinha o seu discurso de que a coalizão se tratava de uma força de proteção neutra.

A partir de meados de abril, as forças de Gaddafi começaram a se adaptar à ameaça representada pelos aviões de combate da OTAN, pois se disfarçavam de rebeldes ou civis, dificultando as suas identificações pelos recursos IVR empregados pela OTAN.⁴⁴

Em resposta a essa postura, os EUA reintroduziram dois veículos aéreos não tripulados (VANT) *Predator* para atacar as tropas de Gaddafi. Essa ação possibilitaria uma evolução na coleta de dados sobre a localização das tropas de Gaddafi que se encontravam escondidas principalmente na cidade de Misrata, única cidade da metade ocidental da Líbia que permanecia ainda sob controle rebelde e que possuía importante valor simbólico e estratégico.⁴⁵

A partir de maio, os rebeldes começaram a empurrar as forças do regime para fora de Misrata, possibilitando que remessas humanitárias pudessem chegar até o porto daquela cidade. O domínio da cidade de Misrata pelos rebeldes possibilitou que a revolta contra o regime de Gaddafi permanecesse de forma intensa por todo o país, porém, o progresso dos grupos rebeldes ficaria lento nos três meses seguintes, sugerindo a adoção de medidas mais vigorosas por parte da coalizão que temia que o impasse pudesse se prolongar por muito mais tempo dentro do país.⁴⁶

Sarkozy e Cameron contavam que a queda de Gaddafi do poder pudesse ocorrer rapidamente, mas aparentavam desconfiar de que uma negociação com Gaddafi não viesse a ocorrer, o que os privaria de uma vitória moral e militar sobre a intervenção efetuada à Líbia. Dessa forma, os dois líderes passaram a pressionar por uma ação mais agressiva na tentativa de

⁴⁴ MUELLER *et al.*, 2015, p. 31.

⁴⁵ MUELLER *et al.*, 2015, *loc. cit.*

⁴⁶ MUELLER *et al.*, 2015, p. 32.

conseguir remover Gaddafi do poder. Os britânicos foram favoráveis por uma expansão na lista de alvos, o que passaria a incluir também infraestruturas civis, mas esse tipo de ataque foi negado em virtude de poder gerar revolta dentro da população civil, além do fato de que proprietários de diversas empresas de infraestrutura da Líbia eram de origem dos países aliados.⁴⁷

Em maio, as forças de Gaddafi já estavam enfraquecidas a ponto de não conseguirem lançar grande ofensiva contra os rebeldes. Autoridades estadunidenses avaliaram que paciência seria a receita ideal para as ações. Além disso, argumentaram que, apesar de lento, o progresso alcançado era real e eventualmente resultaria na queda de Gaddafi.⁴⁸

As informações anteriormente relatadas demonstram a dificuldade que a intervenção militar possuía em alcançar algum tipo de efeito final desejado não previsto na Resolução 1973. A execução das ações pela coalizão servia apenas, até aquele momento, para diminuir as capacidades de emprego das forças de Gaddafi contra os rebeldes, mas ainda se demonstravam incapazes de mudar o comportamento do ditador. Pape argumenta que o fato de as armas convencionais serem limitadas pode justificar o motivo pelo qual os resultados da estratégia de negação são mais lentos do que o desejado (Pape, 1996). Com isso, espera-se que, em um determinado momento, o conflito chegue a um ponto em que continuar lutando perderá a validade, uma vez que os prejuízos futuros seriam piores quando comparados à desistência, ou à mudança de comportamento. Observa-se que as forças leais continuavam atacando e não demonstravam ter em mente mudar a forma de agir contra os rebeldes, tampouco Gaddafi de desistir do poder. Por sua vez, os rebeldes contavam com a vantagem do desgaste produzido pelas forças da OTAN e que poderia os beneficiar ao longo do tempo por meio do enfraquecimento total das forças do governo.

⁴⁷ MUELLER *et al.*, 2015, p. 33.

⁴⁸ MUELLER *et al.*, 2015, p. 34.

Em junho, França e Reino Unido passaram a enviar treinamento e suprimento às forças rebeldes, fato que aumentou bastante a capacidade de combate para os rebeldes. Da mesma forma, o Catar anunciou que enviaria armas para os rebeldes e acabou por apoiar com forças de operações especiais para treinar e lutar ao lado dos mesmos como aliados.⁴⁹ Esses fatos demonstraram que as ações praticadas pela coalizão ultrapassariam a missão de proteção aos civis, colocando franceses, britânicos e praticamente toda a coalizão a favor dos rebeldes. Naquele momento da intervenção, helicópteros de ataque também começaram a ser empregados, gerando certa preocupação pela possibilidade de a coalizão vir a cometer erros operacionais, o que poderia resultar no rompimento de um ou mais aliados da coalizão, fato que potencializaria uma possível vitória ao regime de Gaddafi.⁵⁰

O surgimento de apoios mais robustos aos rebeldes revelava que os esforços passavam a ocorrer por outros meios como forma de contribuir para o alcance de um estado final desejado semelhante às reivindicações manifestadas pelos rebeldes, ou seja, a queda de Gaddafi do poder. Se as ações desenvolvidas até agora, principalmente pelo emprego do poder aéreo no país, não conseguiam modificar o comportamento de Gaddafi, talvez as forças rebeldes pudessem acelerar esse processo desgastando por completo as forças do governo.

Dessa forma, em julho, forças rebeldes auxiliadas pela adição de armas e por consultores estrangeiros franceses foram dominando lentamente pequenas cidades, uma após a outra, que estavam sob domínio do regime de Gaddafi.⁵¹ Devido ao apoio de equipamentos mais modernos, principalmente relacionados à comunicação, os rebeldes passariam a pressionar o regime de Gaddafi cada vez mais próximo da capital do país. Juntamente com esse fato, a pressão por um acordo de negociação entre governo e rebeldes parecia crescer cada vez mais.

Durante os meses de junho e julho, Gaddafi empreendeu esforços para um possível

⁴⁹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 33.

⁵⁰ MUELLER *et al.*, 2015, p. 34.

⁵¹ MUELLER *et al.*, 2015, p. 35.

cessar-fogo, porém os rebeldes insistiam que a renúncia de Gaddafi ao poder deveria ser um pré-requisito para o cessar-fogo. O fato de o Tribunal Penal Internacional ter acusado Gaddafi por crimes contra a humanidade ajudava a legitimar a intervenção internacional, complicando também os esforços de um possível acordo, uma vez que reduzia o número de países que poderiam receber Gaddafi como exilado.⁵²

Na segunda semana de agosto, passou a ser cada vez maior a expectativa dos rebeldes de desalojar Gaddafi de Trípoli. Eles se programavam para efetuar incursões na capital, de forma a preparar o caminho para um eventual ataque, mas surgiram sérias preocupações de que Gaddafi, para não ser derrotado e em uma estratégia de terra arrasada, poderia utilizar armas químicas, entre outras, contra a população.⁵³

Nesse sentido, talvez os pedidos de cessar-fogo feitos por Gaddafi durante a Guerra Civil da Líbia, em 2011, tenham sido os únicos fatos que mais se aproximaram de uma tentativa de mudança de comportamento expressada pelo líder autoritário do país.⁵⁴ No entanto, o fato de os rebeldes exigirem sua renúncia do poder como uma condição obrigatória impediu que o ditador realmente adotasse outras posturas. Se a estratégia coercitiva demonstrava não obter sucesso até aquele momento, o fato de os rebeldes começarem a derrotar as forças do regime de Gaddafi, de cidade em cidade, gerava elevada expectativa no sentido de que as ações desenvolvidas pudessem levar até a capital do país e atingir o nó central do governo, o que certamente acarretaria no extermínio de Gaddafi do poder.

3.7 A queda do regime de Gaddafi e o fim das operações na Líbia

Em meados de agosto, um grupo de rebeldes ocupou Zawiyah, uma importante

⁵² MUELLER *et al.*, 2015, p. 37.

⁵³ MUELLER *et al.*, 2015, p. 38.

⁵⁴ ESTADO, Agência. *Kadafi pede cessar-fogo*. Diário do Nordeste, 30 abr. 2011. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mundo/kadafi-pede-cessar-fogo-1.864242>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

cidade petrolífera não muito distante de Trípoli. No local, durante três dias, forças estrangeiras alojadas em uma refinaria e franco-atiradores do regime de Gaddafi entraram em conflito.⁵⁵ Quase que ao mesmo tempo, rebeldes avançaram de forma inesperada para a capital da Líbia e a OTAN passou a bombardear fortemente a região à medida que eles avançavam. Dentro de poucos dias, o complexo de Gaddafi havia sido invadido e ele não seria localizado. De forma conjunta, forças rebeldes tomaram Brega, conectando a metade oriental do país com Trípoli. Como resultado, diversas milícias desceram para a capital, assumindo o controle dos principais pontos da cidade.⁵⁶

Apesar de permanecer livre, ficava claro que, a partir daquele momento, o governo de Gaddafi havia terminado. Durante uma reunião em Paris ocorrida em 1º de setembro, o NTC veio a ser reconhecido pela Rússia e recebeu um financiamento significativo que liberaria fundos importantes para os grupos rebeldes. Os EUA já estavam ansiosos para encerrar a operação, mas o fato de Gaddafi, além de membros-chave do regime, como seu próprio filho Saif, permanecerem soltos, ainda representava um risco para a Líbia. Dessa forma, a Operação prorrogou-se até o final do mês de setembro. Os britânicos argumentaram que, enquanto os civis permanecessem ameaçados e Gaddafi estivesse em liberdade, a missão deveria continuar. Com isso, após nova autorização da OTAN, os ataques aéreos dentro do território líbio se estenderiam pelo sétimo mês.⁵⁷

Durante o desenvolvimento das ações, os rebeldes acabaram cercando as cidades de Bani Walid e Sirte, onde os demais partidários do regime e, possivelmente, Gaddafi estariam escondidos. Após uma tentativa fracassada de negociação, a luta voltaria a ocorrer. Em 20 de outubro, Gaddafi tentaria fugir mais uma vez de onde se abrigava, mas um caça francês e um *Predator* atingiram o comboio em que ele se encontrava. Gaddafi procurou cobertura num cano

⁵⁵ MUELLER *et al.*, 2015, p. 38.

⁵⁶ MUELLER *et al.*, 2015, p. 39.

⁵⁷ MUELLER *et al.*, 2015, p. 40.

de esgoto, mas tropas rebeldes o localizaram, o capturaram e o assassinaram em seguida. Com Gaddafi morto e seu regime encerrado, além do fato de os EUA pressionarem pelo término da missão, a OTAN decidiria por encerrar as operações na Líbia em 31 de outubro de 2011.⁵⁸

Dessa forma, percebe-se que as forças rebeldes seriam praticamente as principais responsáveis pela queda do regime de Gaddafi, uma vez que somente com o domínio quase que total do país foi possível derrubá-lo do poder. Apesar de o apoio aéreo da OTAN ser empregado principalmente para a proteção aos civis, percebe-se que, durante o desenvolvimento das ações no país, os alvos também passaram a sofrer adaptações, mas sempre buscando afetar os meios militares das forças de Gaddafi. Uma vez que Gaddafi não mudou seu comportamento, os ataques contribuiriam diretamente para o desgaste das forças do ditador do país, que não tinham mais capacidade de sustentar os confrontos diretos contra os rebeldes.

Por fim, os ataques ao comboio em que Gaddafi se encontrava também se assemelham, conforme apontado Pape (1996), a uma possível estratégia de decapitação, mas sem sucesso. Foi pela força da ação dos rebeldes que Gaddafi viria a ser localizado, capturado e logo em seguida executado.

Com isso, após esta análise, estabelece-se no capítulo seguinte algumas conclusões a fim de permitir responder à questão central desta pesquisa à luz de seu propósito. Além disso, será indicada uma possível linha de pesquisa futura que não pode ser aprofundada no presente trabalho.

⁵⁸ MUELLER *et al.*, 2015, p. 40.

4 CONCLUSÃO

A seleção da Guerra Civil da Líbia (2011) como objeto de estudo decorreu do fato deste episódio ter ocorrido em um intervalo de tempo relativamente menor quando comparado a outros conflitos e, principalmente, pelas características do emprego militar que contaria com expressiva atuação do poder aéreo da OTAN. Além disso, a queda de Muammar al-Gaddafi do poder poderia dar sentido ao emprego da estratégia coercitiva, uma vez que as forças do regime do ditador teriam sofrido o efeito oriundo não somente das forças rebeldes do país, mas também dos ataques realizados pela OTAN. Dessa forma, o propósito desta pesquisa foi o de responder se o emprego coercitivo do poder aéreo da OTAN durante a Guerra Civil da Líbia de 2011, entre março e outubro daquele ano, ocorreu de acordo com o teorizado por Robert Pape.

Para que o propósito pudesse ser atingido, o estudo foi apresentado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresentou-se o cenário de pesquisa e a sua relevância para o estudo. Foi ainda apresentado o propósito da pesquisa e a hipótese de que o emprego do poder aéreo pela OTAN teria ocorrido de acordo com a estratégia coercitiva de negação, teorizado por Pape.

No segundo capítulo buscou-se apresentar o referencial teórico que serviria de base para a análise da Guerra Civil da Líbia de 2011 sob a ótica da estratégia da coerção. Dessa forma, definiu-se o significado do termo coerção para o estudo e buscou-se evidenciar, para fins da coerção, as características do poder aéreo quando comparado aos poderes navais e terrestres. Foram ainda apresentadas as estratégias coercitivas empregadas pelo poder aéreo na visão de Pape: punição, risco, negação e decapitação. Por fim, apontou-se a teoria de Pape (1996), o qual sinalizara que o sucesso da coerção consiste na negação, ou seja, em afetar diretamente a estratégia militar do oponente, de forma que ele passe a aceitar os desejos do

agente da coerção mesmo que ainda possua forças suficientes para lutar.

No terceiro capítulo buscou-se então analisar o conflito ocorrido na Líbia em 2011 sob o enfoque da estratégia coercitiva teorizada por Pape. Nesse sentido, o foco foi o de observar se as ações do poder aéreo praticadas principalmente pela OTAN se assemelhavam com a estratégia da negação, cujo objetivo seria abalar as forças militares do regime de Gaddafi e, por consequência, fazer com que ele deixasse de prosseguir com os ataques praticados contra a própria população do país. A contextualização histórica apresentada junto à análise do conflito buscou evidenciar outras ações que pudessem ter afetado tanto o desenvolvimento do conflito como o seu próprio desfecho.

Por fim, neste capítulo, serão expostos os resultados do estudo e indicadas as sugestões para futuras investigações.

Conforme o conceito apresentado durante o desenvolvimento deste trabalho, a coerção tem por finalidade realizar uma ação contra o oponente com o objetivo de alterar o comportamento por ele apresentado, de forma a fazê-lo aceitar as imposições determinadas pelo agente da coerção. Na situação do conflito da Líbia, em 2011, por não se tratar de um conflito convencional e sim de um conflito com maior proximidade a um conflito irregular, algumas particularidades puderam ser observadas.

A primeira delas se refere ao fato de que, diferentemente de um conflito convencional, não havia uma disputa entre dois Estados beligerantes, mas sim uma ação autoritária desenvolvida pelo próprio poder militar do governo contra sua população. Tal fato influenciaria diretamente as ações da OTAN, uma vez que todo o cuidado era necessário para que os ataques contra as forças de Gaddafi não ocasionassem baixas de inocentes. Outra dificuldade estaria na ocultação das tropas de Gaddafi que se disfarçariam de rebeldes e civis, aumentando a dificuldade para a OTAN identificá-las e atacá-las.

Outro ponto se refere à intenção da ONU em manifestar que as ações praticadas por

Gaddafi eram inaceitáveis e que os esforços deveriam ser tomados para que as atrocidades se encerrassem. Partindo da premissa que a coerção visa a mudança de comportamento do oponente, as primeiras ações também aparentariam atitudes coercitivas, ainda que sem manifestar intenção do emprego do Poder Militar para tal fim. Dessa forma, as questões relacionadas à proibição do comércio de armas, o bloqueio naval e o impedimento de viagens ao exterior para membros do governo foram medidas adotadas que já visavam a mudança de comportamento de Gaddafi. Os discursos dos presidentes Sarkozy e Obama, bem como do primeiro-ministro Cameron, também podem ser interpretados como ações coercitivas relacionadas a outras formas de expressões do Poder Nacional dos Estados, mas com fins de afetar o comportamento do líder autoritário da Líbia, assim como definido na teoria da coerção.

As ações perpetradas para a criação de uma zona de exclusão aérea dentro do território líbio e desenvolvidas por meio de ataques inicialmente efetuados pela liderança dos EUA e após pela OTAN, bem como a sua manutenção a posteriori, aproximam os acontecimentos dos conceitos apresentados por Pape. A atuação direta do poder aéreo como forma de mitigar as ações impostas pelo regime de Gaddafi contra a população permitiram identificar se a estratégia da coerção realmente ocorreu.

Como a criação da zona de exclusão aérea tinha por objetivo proteger a população civil da Líbia contra os ataques impostos pelo regime de Gaddafi, esperava-se que sua criação pudesse modificar o comportamento político de Gaddafi pelos custos impostos e pela falta de benefícios que as ações praticadas pudessem lhe trazer. Em suma, pressionado pelo agente coercitivo, essa estratégia supostamente obrigaria Gaddafi a mudar seu comportamento político adotado até aquele momento no país.

Ao se comparar as estratégias de coerção com as ações empregadas pela OTAN durante as operações realizadas, evidenciou-se que, pelo tipo de conflito, as forças da coalizão não agiram e não empregaram a estratégia de punição, pois a proteção ocorria em benefício da

própria população. Com relação à morte massiva de militares, característica observável neste tipo de coerção, percebe-se que, de certa forma, as baixas de militares do regime de Gaddafi foram oriundas das ações que visavam alvos de Comando e Controle, e de estruturas e equipamentos militares, tanto fixos como móveis, mas apenas como forma de neutralizar as capacidades do poder militar do ditador.

Da mesma forma, as ações desenvolvidas pela OTAN não se caracterizaram como estratégia coercitiva de risco, pois os danos que afetariam o poder militar de Gaddafi não ocorreriam de forma gradual, tampouco os alvos atingidos estariam relacionados à infraestrutura do país, como água, energia e gás, entre outros, fato típico da estratégia de risco.

Por outro lado, percebe-se claramente que o objetivo proposto pela criação da zona de exclusão aérea se assemelha a uma estratégia coercitiva de negação, ou seja, a tentativa de neutralizar o poder militar do inimigo, anulando o avanço de sua estratégia militar. A seleção de alvos também apresentou forte semelhança com este tipo de estratégia, uma vez que os ataques foram todos concentrados no poder militar de Gaddafi. Como os ataques tinham por objetivo criar e manter uma zona de exclusão aérea, eles tiveram que ser, desde o início, direcionados para a obtenção da Superioridade Aérea dentro do território da Líbia. Com isso, os ataques aos nós centrais de Comando e Controle, assim como aos sistemas de defesa antiaérea, tinham a intenção de paralisar o regime de Gaddafi, ou seja, incapacitá-lo em vez de levá-lo a sua destruição total. Apesar de proteger a população civil contra os ataques das forças do governo, percebe-se que, ao se neutralizar as forças militares de Gaddafi, esperava-se que o ditador também alterasse seu comportamento.

A utilização de meios aéreos na Líbia como principal ferramenta para a coerção, uma vez que tropas militares terrestres praticamente não foram empregadas em território líbio, mostrou-se de grande valia. As modernas aeronaves e suas tecnologias embarcadas, assim como os próprios sistemas de armas de precisão, evoluíram a ponto de garantir ataques precisos e que

diminuíam em larga escala a possibilidade de causar danos à população civil. Além disso, os ataques que apresentavam probabilidade de causarem efeitos adversos, principalmente no que se refere a mortes e ferimentos de inocentes, eram cancelados ou tinham suas operações modificadas de forma que o sucesso fosse garantido. A utilização de VANTs permitiu que importantes informações, como posicionamento de tropas de Gaddafi e reconhecimento de instalações, fossem coletadas, auxiliando também nos ataques efetuados contra tropas e instalações das forças de Gaddafi.

Todavia, o poder aéreo, por si só, não foi capaz de afetar o comportamento de Gaddafi. Dessa forma, verifica-se que o bloqueio naval também contribuiria para o desgaste do poder militar do líder autoritário da Líbia. Além disso, os rebeldes praticamente se tornariam os protagonistas da queda do regime do ditador, uma vez que, durante o desenrolar do conflito, e após receberem recursos militares e treinamento de forças externas, eles conseguiram, por meio dos confrontos diretos, eliminar paulatinamente as tropas de Gaddafi, as quais já não possuíam grandes capacidades de sustentar o combate.

Dessa forma, chega-se novamente à questão abordada neste estudo: o emprego coercitivo do poder aéreo da OTAN durante a Guerra Civil da Líbia de 2011, entre março e outubro daquele ano, ocorreu de acordo com o teorizado por Robert Pape? A pesquisa permitiu concluir que a hipótese adotada, de que o emprego do poder aéreo pela OTAN ocorreu de acordo com a estratégia coercitiva de negação, teorizado por Pape, realmente ocorreu. Porém, a conclusão é de que a estratégia coercitiva de negação não obteve sucesso, uma vez que Gaddafi não deixaria o poder do país até o final do conflito. Os ataques realizados pela OTAN contaram com a seleção de alvos e o emprego de munições típicas da estratégia de negação, porém, ela falhou por não ter afetado o comportamento do seu principal líder, Muammar al-Gaddafi, que se manteve no poder do país até a sua derrota total. Dessa forma, uma vez tendo Gaddafi declarado que resistiria até o fim, as ações da OTAN passariam a apoiar diretamente

os rebeldes, que também receberiam reforços em treinamentos e em equipamentos fornecidos por outros países. Como consequência, as próprias forças rebeldes se encarregariam de levar a situação até o seu extremo e dominariam o país até a queda de Gaddafi. Nesse sentido, a coerção falhou e o que houve foi o desgaste total das forças militares do regime de Gaddafi. Os rebeldes, apoiados pelo poder aéreo da OTAN, acabaram por vencer a Guerra Civil contra o regime do ditador do país.

Por fim, apesar de ter demonstrado ser de grande valia, o poder aéreo aplicado pela OTAN não foi capaz de atingir o estado final desejado no conflito de forma isolada. A atuação do poder naval e das forças rebeldes tiveram papel fundamental para a queda de Gaddafi do poder. Considera-se oportuno investigar, em outros conflitos contemporâneos, em que medida o poder aéreo foi empregado e qual a sua contribuição para cada resultado obtido. Essa análise poderá contribuir estrategicamente para a adoção de medidas futuras no sentido de equilibrar os componentes navais, terrestres e aéreos para cada hipótese de emprego, de forma que se possa obter o efeito final desejado da forma mais adequada possível e de acordo com os meios disponíveis para o emprego em cada cenário apresentado.

REFERÊNCIAS

AL ARABIYA. *Clash breaks out as Libya braces for day of anger*, Al Arabiya online, 16 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.alarabiya.net/articles/2011/02/16/137834.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

AL JAZEERA. *Gaddafi defiant as state teeters*, Al Jazeera online, 23 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/02/20112235434767487.html>>. Acesso em: 04 maio 2020.

BLANCHARD, Christopher M. *Libya: Unrest and U.S. Policy. CRS Report for Congress*, Washington D.C.: Congressional Research Service, 2011. 34p.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 278/GC3, de 21 de junho de 2012. *Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1)*. Boletim do Comando da Aeronáutica. Brasília, DF, 2012. 71p.

_____. Comando do Exército. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 109/EME, de 21 de setembro de 2001. *Aprova o Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001*. Boletim do Comando do Exército. Brasília, DF, 2001. 108 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*; Tradução de Maria Teresa Ramos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes LTDA, 1996. 930p.

DRUCKER, Peter F. *The Effective Executive*. New York: HarperCollins Publishers Inc., 2006. 197p.

ESTADO, Agência. *Kadafi pede cessar-fogo*. Diário do Nordeste, 30 abr. 2011. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mundo/kadafi-pede-cessar-fogo-1.86424>>. Acesso em: 30 maio 2020.

FAHIM, Kareem; KIRKPATRICK David D. *Qaddafi's Grip on the Capital Tightens as Revolt Grows*, New York Times, 22 Feb. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/02/23/world/africa/23libya.html>>. Acesso em: 30 maio 2020.

GEORGE, Alexander L. *et al. The limits of coercive diplomacy*. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 1994. 310p.

MUELLER, Karl P. *et al. Precision and purpose: airpower in the Libyan Civil War*. Santa Monica: RAND Corporation, 2015. 447p.

PAPE, Robert Anthony. *Bombing to win: Air Power and Coercion in War*. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1996. 366p.

RAGHAVEN, Sudarson; FADEL, Leila. *Military helicopters reportedly fire on protesters in Libya*. Washington Post Foreign Service, 21 Feb. 2011. Disponível em: <<http://hananrevue.blogspot.com/2011/02/military-helicopters-reportedly-fire-on.html>>. Acesso em: 28 maio 2020.

THE MERCURY NEWS. *Anti-Government protesters killed in Libyan clash*. Associated Press, 17 Feb. 2011. Disponível em: <<https://www.mercurynews.com/2011/02/17/anti-government-protesters-killed-in-libyan-clash/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

UNITED NATIONS. *Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favour with 5 Abstentions*. Department of Public Information. News and Media Division. New York, 17 Mar. 2011. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm>>. Acesso em: 29 maio 2020.

_____. Security Council. *Resolution 1970 (2011)*. Adopted by the Security Council at its 6491st meeting, on 26 February 2011. New York, 2011, 10p.

_____. _____. *Resolution 1973 (2011)*. Adopted by the Security Council at its 6498th meeting, on 17 March 2011. New York, 2011, 8p.

WARDEN III, John A. *Employing Air Power in the Twenty-first Century*. In: SHULTZ, Richard H.; PFALTZGRAFF, Robert L. *The Future of Air Power in the Aftermath of the Gulf War*. 1. ed. Alabama: Air University Press, 1992. 374p.